

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.042

ACESSIBILIDADE NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: DESAFIOS E PRÁTICAS INCLUSIVAS

Beatriz Vieira Barone¹

Mariana Ferraz²

Marília Carollyne Soares de Amorim³

RESUMO

Frequentemente, as avaliações externas, como os exames de larga escala (SAEB, ENEM, vestibulares e testes padronizados), não são elaboradas de forma a contemplar as necessidades específicas de estudantes público da Educação Especial (PEE). Essa inadequação pode resultar em uma avaliação imprecisa de suas reais capacidades, dificultando o acesso, as oportunidades educacionais e profissionais. Uma das principais barreiras enfrentadas por esses estudantes consiste na ausência de adaptações adequadas nas avaliações. Diante disso, o presente estudo teve por finalidade analisar as produções científicas disponíveis no portal de periódicos da CAPES que abordam a temática da acessibilidade nas avaliações externas em larga escala. O estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura. O levantamento foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES, por meio do acesso CAFé, no final de julho de 2025, utilizando a busca avançada com termos e operadores booleanos previamente definidos. Os dados foram agrupados

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), beatriz.barone@estudante.ufscar.br;
- 2 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mariana.ferraz@estudante.ufscar.br;
- 3 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mariliaamorim@estudante.ufscar.br

em quatro categorias temática: [1] Análise de documentos/ diretrizes/ políticas; [2] Instrumentos e técnicas para acessibilidade; [3] Público da Educação Especial nas avaliações externas; [4] Barreiras de acessibilidade. Os resultados indicaram que as adaptações asseguram a participação equitativa dos estudantes PEE, ressaltando a importância da formação das equipes em acessibilidade e inclusão. Destaca-se que as estratégias acessíveis devem ser previstas desde a elaboração das avaliações, e não apenas como ajustes posteriores, promovendo práticas que fortaleçam um processo de avaliação mais justo e inclusivo. Por outro lado, os estudos analisados indicam que as barreiras atitudinais, comunicacionais e tecnológicas continuam impactando diretamente a participação e o desempenho dos estudantes PAEE.

Palavras-chave: Educação Especial, Avaliação externa, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A inserção do público da Educação Especial (PEE) no sistema regular de ensino, por intermédio das políticas públicas voltadas para a garantia do direito ao processo de escolarização, evidenciou a necessidade de modificações na prática de ensino, objetivando promover um processo educacional inclusivo e com qualidade para todos os alunos (Santos, 2023).

Dessa forma, com a implantação das políticas de inclusão escolar, observa-se a ocorrência de mudanças significativas, evidenciadas pelo aumento contínuo das matrículas na rede regular de ensino (Pletsch; Souza; Orleans, 2017). Segundo Alper et al. (1999), é necessário oferecer ao público intervenções que ultrapassem a mera inserção nos contextos escolares, promovendo transformações que consolidem as práticas pedagógicas e garantam a inclusão efetiva, com valorização de suas necessidades (Stainback; Stainback, 1999).

Em um ambiente escolar marcado pela diversidade, diversas barreiras surgem ao longo do processo de escolarização. Dentre elas, a literatura aponta o acesso ao currículo como um dos principais obstáculos, o que acaba por restringir as possibilidades de aprendizagem dos alunos (Pletsch; Souza; Orleans, 2017). Assim, torna-se essencial promover um movimento que favoreça a participação ativa de todos, por meio da construção de um currículo acessível e sensível às necessidades presentes nesse contexto educativo.

Nessa perspectiva, embora o direito à escolarização tenha sido assegurado às pessoas PEE, ainda é necessário avançar no sentido de garantir condições adequadas de aprendizagem, que assegurem não apenas o acesso, mas também a participação e a qualidade do ensino. Segundo Pletsch, Souza e Orleans (2017), “o suporte de instrumentos e técnicas, de certa forma, compensa os impedimentos ou elimina as barreiras para a inserção dos alunos com deficiência nos processos de ensino e aprendizagem” (p. 267).

No processo de inclusão, promover condições que garantam a permanência dos alunos em sala de aula implica reconhecer seus impedimentos, potencialidades e especificidades, conduzindo, dentro das possibilidades, um currículo de ensino mais acessível. Uma alternativa consiste em elaborar estratégias e propor atividades que contemplem diferentes capacidades, expondo os alunos a variadas situações de aprendizagem, o que contribui para mantê-los integrados ao grupo e alcançar os objetivos educacionais (Alper, 1999).

A legislação brasileira reconhece a acessibilidade como um direito fundamental, assegurando às pessoas com deficiência condições de participação e autonomia. Além disso, estabelece normas referentes a edificações, transporte, comunicação e outros aspectos, que devem ser organizados de modo a garantir o acesso e a oportunidade de uso por todos (Brasil, 2004; 2015). Assim, a diversidade de pessoas poderá ter igualdade de oportunidades no processo educacional. Para que isso ocorra, todo o percurso de escolarização deve ser acessível e planejado considerando as diferentes necessidades dos alunos.

Na Educação Básica, a matrícula dos estudantes é obrigatória por lei, enquanto no Ensino Superior o ingresso ocorre por meio de processos seletivos, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e os vestibulares. O Aviso Circular nº 277/MEC/GM, de 8 de maio de 1996 (Brasil, 1996), orienta as Instituições de Ensino Superior a adotarem medidas que garantam acessibilidade e igualdade de oportunidades aos candidatos da Educação Especial nesses processos, como oferta de salas acessíveis, provas adaptadas (em Braille, fonte ampliada, com uso de lupa, DOSVOX ou sorobã), presença de intérpretes de Libras, adequações no mobiliário e tempo adicional, além de critérios de correção que respeitem as especificidades de cada participante.

As avaliações externas que possibilitam o ingresso no ensino superior, como os vestibulares e o ENEM, constituem etapas decisivas na trajetória acadêmica de muitos estudantes. Esses exames, organizados por instituições públicas e privadas, atuam como mecanismos padronizados de

seleção, influenciando diretamente a democratização do acesso à educação superior. Contudo, para que esses processos sejam verdadeiramente justos e inclusivos, é essencial assegurar condições de acessibilidade aos candidatos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou outras condições que exijam adaptações (Ribeiro; Moreira, 2016).

A acessibilidade nas avaliações para ingresso no ensino superior vai além das adaptações físicas, como rampas ou banheiros acessíveis. Ela envolve a oferta de recursos como provas ampliadas ou em braille, leitores de tela, intérpretes de Libras, salas individuais, pausas programadas, tempo adicional e apoio de leitor ou transcritor, entre outros (Ribeiro; Moreira, 2016). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pelo ENEM, prevê esses atendimentos especializados com base na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Junqueira; Martins; Lacerda, 2017). Contudo, a efetivação desses direitos depende da solicitação adequada pelos candidatos, da boa organização dos processos e da preparação dos profissionais envolvidos.

Martins, Leite e Ciantelli (2018) destacam o avanço gradual na inserção de estudantes da Educação Especial no Ensino Superior. Dados do Censo da Educação Superior de 2023 (INEP, 2023) indicam um aumento de 17% nas matrículas desse público em relação a 2022. Ainda assim, a representatividade permanece baixa: apenas 0,93% do total de matriculados em 2023, o que corresponde a 92.756 estudantes. Entre eles, 36% têm deficiência física, 23% apresentam baixa visão, 10% possuem deficiência intelectual, 10% são autistas, 9% têm deficiência auditiva, 4% são cegos, 4% são surdos, 4% são superdotados e 1% apresentam surdocegueira.

Dessa forma, mesmo com o aumento constatado, o número de matrículas ainda é bastante limitado frente ao conjunto de estudantes universitários, o que evidencia que ainda são necessários avanços significativos para garantir o acesso e a permanência desse público no Ensino Superior (Martins; Leite; Ciantelli, 2018; Ansay; Moreira, 2020).

Diante desse contexto, surge a seguinte questão: como a acessibilidade tem sido contemplada e desenvolvida nas avaliações externas em larga escala? À vista disso, essa pesquisa tem como finalidade analisar as produções científicas disponíveis no portal de periódicos da CAPES que abordam a temática da acessibilidade nas avaliações externas em larga escala.

A acessibilidade educacional é um princípio fundamental para garantir a equidade no processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à avaliação do desempenho estudantil. As avaliações externas em larga escala, como instrumentos de mensuração da qualidade da educação, devem assegurar condições igualitárias de participação para todos os estudantes, incluindo o PEE. Entretanto, observa-se que ainda existem lacunas no entendimento sobre como os princípios de acessibilidade têm sido implementados nesses processos avaliativos. Nesse sentido, investigar o que as produções científicas apontam sobre a acessibilidade nas avaliações externas é essencial para compreender os avanços, desafios e perspectivas dessa temática.

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, uma vez que teve como propósito identificar, de forma estruturada, o maior número possível de estudos relacionados a um tema específico, a fim de reunir, analisar criticamente e sintetizar os achados existentes (Costa & Zoltowski, 2014).

O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados Portal de Periódicos da CAPES, acessada por meio do CAFe (Comunidade Acadêmica Federada), recurso que amplia o alcance das buscas em razão do acesso ao conteúdo assinado pela instituição das autoras. A busca ocorreu no final do mês de julho de 2025, utilizando-se a opção “busca avançada”, no campo “qualquer campo (contém)”, com os termos de pesquisa e operadores *booleanos* descritos no Quadro 01.

Quadro 01: Etapas de busca para coleta de dados

TERMOS DE BUSCA E OPERADOR BOOLEANO	QUANTIDADE DE TRABALHOS	INCLUÍDOS PARA ANÁLISE
“avaliação externa” and “educação especial”	4	2
“avaliação externa” and “acessibilidade”	6	0
“saeb” and “educação especial”	4	2
“saeb” and “acessibilidade”	1	0
“enem” and “educação especial”	9	4
“enem” and “acessibilidade”	24	9
“pisa” and “acessibilidade”	2	0
“pisa” and “educação especial”	1	0

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Para seleção dos dados, nenhum filtro foi aplicado para não restringir a busca. Entretanto, elencaram-se os seguintes critérios de inclusão: estar disponível para *download* gratuito, que apresentavam em seu título, palavras-chave e/ou resumo informações relacionadas à avaliação externa e que envolvessem estudantes PEE, além de produções nacionais ou análises de documentos oficiais que abordassem a temática da acessibilidade nessas avaliações. Foram excluídos os estudos de revisão de literatura, bem como pesquisas que não abordavam diretamente a temática da acessibilidade nas avaliações externas.

Com os dados coletados, foi realizada a leitura integral dos estudos selecionados, os quais foram organizados em pastas no *Google Drive*, acompanhados de resumos contendo as principais informações, registrados em um documento colaborativo do *Google Docs*, compartilhado entre as autoras.

Posteriormente, os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo, conforme a proposta de Franco (2018), cujo ponto de partida é a mensagem, compreendida em suas diversas formas de expressão, sejam elas verbais (orais ou escritas), documentais ou de outra natureza. É importante destacar que as categorias de análise não foram previamente definidas, mas emergiram do próprio material analisado, a partir da leitura minuciosa e interpretativa dos estudos selecionados. Desse modo, os conteúdos foram organizados e agrupados conforme elementos temáti-

cos recorrentes, o que possibilitou a identificação de padrões, tendências e convergências entre as produções científicas, garantindo maior profundidade e coerência interpretativa no processo de análise.

RESULTADOS:

A partir das buscas realizadas, foram identificados 51 trabalhos. Desses, apenas 17 atenderam integralmente aos critérios de inclusão estabelecidos para esta pesquisa. Foram excluídos os estudos que se caracterizavam como revisões de literatura ou que abordavam avaliações não diretamente relacionadas ao contexto educacional, por não contemplarem o escopo temático proposto.

Quadro 02: Estudos selecionados para análise

TÍTULO	AUTORES	ANO	CATEGORIA
Estudantes com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala: prova Brasil e ENEM	SILVA, Mariana Cesar Verçosa; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira	2014	Público da Educação Especial nas avaliações externas
Enem inclusivo: identificando técnicas para a realização assistida pelo computador	MININ, Hedi C.; TREVISAN, Daniela G.; VITERBO, José.	2015	Instrumentos e técnicas para acessibilidade
Política De Acessibilidade e Exame Nacional Do Ensino Médio (ENEM)	JUNQUEIRA, Rogério Diniz; MARTINS, Diléia Aparecida; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa.	2017	Análise de documentos/ diretrizes/ políticas
Avaliação de estudantes surdos e deficientes auditivos sob um novo paradigma: Enem em Libras	JUNQUEIRA, Rogério Diniz; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa.	2017	Barreiras de acessibilidade
Sistema Computacional de Apoio à Preparação para o ENEM: uma Investigação da Acessibilidade para Surdos	CANAL, Maíra Codo; GARCIA, Laura Sánchez; PEREIRA, Roberto.	2017	Barreiras de acessibilidade
Enem Acessível: Autonomia para a Pessoa com Deficiência Visual Total no Exame Nacional do Ensino Médio	LERIA, Lucinda de Almeida; FILGUEIRAS, Lucias Vilela Leite; SILVA, Francisco José Fraga da; FERREIRA, Leonardo Alves	2018	Barreiras de acessibilidade

TÍTULO	AUTORES	ANO	CATEGORIA
Acessibilidade como um Valor no Projeto de Tecnologias Educacionais: Uma Avaliação do Sistema de Apoio à Realização do ENEM para Surdos	CANAL, Maíra Codo; JUNIOR, Deógenes; GARCIA, Laura Sánchez; PEREIRA, Roberto.	2018	Instrumentos e técnicas para acessibilidade
Avaliação em larga escala e educação inclusiva: os lugares do aluno da Educação Especial	REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães.	2018	Análise de documentos/ diretrizes/ políticas
Incluir, comparar e competir: serviços de avaliação externa em larga escala e inclusão escolar	MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SEGABINAZZI Marília.	2018	Análise de documentos/ diretrizes/ políticas
Resultados de pesquisas sobre as políticas de avaliação em larga escala em educação e seus impactos na escola	FERNANDES, Claudia de Oliveira; NAZARETH, Henrique Dias Gomes de.	2018	Barreiras de acessibilidade
Proposta de recomendações para a elaboração de mapas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): projetando tendo em vista sua descrição oral para cegos	DOMINGUES, Fernanda; MACEDO, Claudia Mara Scudeleri de.	2019	Instrumentos e técnicas para acessibilidade
Enem em Libras como Corpus Linguístico: Metodologia para Produção de Glossários em Libras	SILVA-OLIVEIRA, Gláucia Caroline; WANDERLEY, Débora Campos; STUMPF, Marianne.	2020	Instrumentos e técnicas para acessibilidade
Perspectivas de pessoas com deficiência visual sobre a acessibilidade no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	LERIA, Lucinda de Almeida; ALVES, Gabrielle da Silva; Priscila, BENITEZ; SILVA, Francisco José Fraga da.	2023	Instrumentos e técnicas para acessibilidade
Análise Textual dos Espelhos das Redações de Candidatos que Realizaram a Videoprova em Libras do Enem - 2017	ROCHA, Luiz Renato Martins da; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de.	2023	Instrumentos e técnicas para acessibilidade
Enem e direito à acessibilidade: parâmetros para aplicação e correção das redações em braille em correspondência com a escrita manual	MAGRO, Juliana Pinheiro; TRINDADE, Sidney Soares; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de.	2024	Instrumentos e técnicas para acessibilidade

TÍTULO	AUTORES	ANO	CATEGORIA
Visualização na ponta dos dedos: ampliação da acessibilidade aos participantes com deficiência visual e surdocegueira no Enem	SONZA, Andréa Poletto; MARTINS, Daner Silva.	2024	Instrumentos e técnicas para acessibilidade
Perfil das(os) estudantes com vínculo de matrícula na educação especial participantes do Saeb	SCHNEIDER, Gabriela; BRUEL, Ana Lorena de Oliveira; PRIETO, Rosângela Gavioli; MENDES, Enicéia Gonçalves.	2024	Público da Educação Especial nas avaliações externas

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados foram organizados em quatro categorias temáticas principais, de acordo com a natureza e o foco dos estudos analisados. A primeira categoria, intitulada “Análise de documentos/ diretrizes/ políticas”, reúne os trabalhos de análise documental que tratam das avaliações externas sob a perspectiva das normas, legislações e políticas educacionais. A segunda categoria, denominada “Instrumentos e técnicas para acessibilidade”, contempla os estudos que descrevem ou discutem recursos, estratégias e adaptações empregados para promover a acessibilidade nas avaliações externas. A terceira categoria, intitulada “Público da Educação Especial nas avaliações externas”, abrange as pesquisas que investigam a participação dos estudantes PEE, analisando como esses sujeitos têm sido incluídos e representados nos processos avaliativos em larga escala. Por fim, a última categoria, intitulada “Barreiras de acessibilidade”, reúne os estudos que discutem os obstáculos enfrentados pelo público da Educação Especial no contexto das avaliações externas em larga escala, evidenciando as limitações estruturais, pedagógicas e instrumentais que ainda comprometem a plena participação desses estudantes nos processos avaliativos.

1 ANÁLISE DE DOCUMENTOS/ DIRETRIZES/ POLÍTICAS

Junqueira, Martins e Lacerda (2017) realizaram uma análise da política de acessibilidade no ENEM, considerando especialmente o atendimento diferenciado destinado aos participantes com deficiência. Os autores investigaram não apenas a existência desse atendimento, mas também como ele é operacionalizado em diferentes fases do processo avaliativo, incluindo a publicação do edital, o funcionamento do portal e do sistema de inscrição, a elaboração e disponibilização de provas adaptadas, a acessibilidade dos locais de prova, a formação das equipes aplicadoras, a própria aplicação da prova e, por fim, a correção das redações. O trabalho destaca que essa evolução numérica não é acompanhada consistentemente por uma implementação qualitativa que assegure a plena acessibilidade. São apontadas lacunas importantes, como inconsistências nos critérios de correção de redações em braile, falhas na formação das equipes de aplicação e barreiras na estrutura física dos locais de prova. Os autores defendem que a política de acessibilidade ao ENEM não pode se restringir a medidas pontuais ou à adaptação de recursos isolados, mas precisa envolver de maneira articulada e sistêmica todas as etapas do exame. Para garantir a equidade, é necessário um compromisso mais amplo com a inclusão, que considere os sujeitos com deficiência como parte integrante do processo avaliativo desde sua concepção até a avaliação final.

Rebelo e Kassar (2018) analisaram o espaço destinado aos estudantes PEE em documentos que abordam o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o ENEM. A partir da análise documental, os autores identificaram que, no âmbito do SAEB, as orientações referentes aos recursos disponibilizados aos estudantes PEE incluem: provas ampliadas para estudantes com baixa visão; prova com leitor para participantes com deficiência visual, com textos adaptados e descrição de elementos visuais; aplicação da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos; prova de Matemática em Libras; acréscimo de tempo de uma hora e dez minutos; presença de aplicador adicional e disponibilização

de salas específicas para atendimentos especializados. No que se refere ao ENEM, com base na análise dos relatórios de 2016, os autores apontam que os recursos solicitados incluíam: apoio para perna e pé; auxílio de ledor; auxílio para transcrição; guia-intérprete; intérprete de Libras; leitura labial; mesa com cadeira separada; mesa adaptada para cadeira de rodas; provas ampliadas, super ampliada e em braile; além de salas de fácil acesso. Destaca-se ainda que 45% dos participantes do PEE não solicitaram nenhum tipo de atendimento especializado.

Mendes e Segabinazzi (2018) investigaram a utilização de pacotes de serviços privados no âmbito da avaliação externa em larga escala, implementada nos sistemas municipais de educação do estado de Santa Catarina. A coleta de dados foi realizada por meio da análise de matérias veiculadas na mídia, de documentos legais referentes às contratações e de contatos diretos com as prefeituras. Os resultados apontam para a presença de um discurso supostamente inclusivo, utilizado como estratégia para viabilizar a contratação desses pacotes pelas administrações municipais. Tal discurso enfatiza, entre outros aspectos, a oferta de provas adaptadas para estudantes com deficiência e o acompanhamento de professoras auxiliares. As autoras destacam ainda a incorporação da lógica neoliberal no contexto das escolas públicas, evidenciando como essas instituições têm sido progressivamente inseridas em uma dinâmica orientada pelo mercado e pelo lucro, na qual professores e gestores passam a ser concebidos como empreendedores.

2 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA ACESSIBILIDADE

O estudo de Minin, Trevisan e Viterbo (2015) investigou técnicas apropriadas para o desenvolvimento de uma ferramenta de entrega da prova do ENEM por meio do computador, para atender às necessidades de acessibilidade de candidatos com deficiência visual total e parcial. Após a identificação das técnicas mais adequadas, foi realizada uma análise experimental para verificar se essas soluções eram capazes de apresen-

tar corretamente o conteúdo do exame a esse público. Em seguida, os autores propuseram a criação de um protótipo funcional, a fim de realizar testes com usuários reais, etapa essencial para identificar possíveis barreiras tanto de acessibilidade quanto de usabilidade. A pesquisa contribuiu para o avanço de práticas inclusivas nas avaliações em larga escala, ao buscar garantir autonomia e equidade no acesso à prova por pessoas com deficiência visual.

Canal et al (2018) apresentam um estudo prático de avaliação de acessibilidade para surdos no ambiente de apoio à realização do ENEM disponibilizado pelo INEP no *Youtube*. Os problemas relacionados à acessibilidade nesse ambiente foram identificados e se relacionam aos seguintes aspectos: vídeo de língua de sinais, fragilidade na tradução em determinados pontos como a não tradução da numeração das questões; apresentação de alternativa para o texto escrito, referente a impossibilidade de seleção de trecho para rever em Libras; conteúdo; e a navegação, referente a configuração de cores. Dessa maneira, os vídeos estão assegurados com problemas de acessibilidade no próprio texto, imagens, dentre os demais aspectos que podem se traduzir em consequências individuais e sociais.

Domingues e Macedo (2019) abordaram a necessidade de aprimorar os processos seletivos públicos inclusivos, com foco na acessibilidade de candidatos cegos, especialmente no contexto do ENEM. Considerando que o exame já oferece recursos como a prova em Braille e a atuação de leitores, responsáveis por transcrever respostas e descrever imagens oralmente, o estudo destacou as limitações encontradas nesse modelo, sobretudo em relação às descrições subjetivas de figuras, como mapas. Diante da recorrência desses elementos visuais nas provas, o trabalho questionou como tornar essas descrições mais precisas e eficazes para participantes cegos. Com base em princípios gráficos e nas diretrizes da área de acessibilidade, além das experiências de dois voluntários que atuaram como leitores no ENEM, foram formuladas recomendações para o design de mapas utilizados em exames. O objetivo foi favorecer uma

descrição oral mais clara, objetiva e fiel, garantindo maior compreensão e equidade aos candidatos cegos durante a prova. O estudo contribuiu para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas na elaboração de itens visuais em avaliações em larga escala no Brasil.

O trabalho de Silva-Oliveira, Wanderley e Stumpf (2020) tratou da ampliação dos espaços de participação da comunidade surda por meio da implementação de políticas linguísticas e de acessibilidade, tendo como foco a prova do ENEM em Libras, disponível desde 2017. A videoprova, nesse contexto, foi proposta como um importante recurso linguístico, servindo como base para estudos léxico-terminográficos. O artigo sugeriu o uso dessa versão do exame como corpora para a construção de um glossário digital em Libras, tomando como exemplo a área de ciências biológicas. A proposta foi fundamentada na teoria comunicativa da terminologia, que valoriza a variação, o caráter comunicativo dos termos e a multiplicidade de contextos em que eles aparecem. Além de contribuir para o avanço das pesquisas na área terminográfica, o estudo possibilita que pesquisadores elaborem seus próprios bancos de dados em Libras, fortalecendo os registros terminológicos em diferentes campos do conhecimento e promovendo o acesso qualificado à informação para a comunidade surda.

No estudo de Rocha e Lacerda (2023) a análise transcorreu sobre o conteúdo do espelho (versão digitalizada do texto original) de 50 redações elaboradas por candidatos que realizaram a videoprova em Libras do ENEM (2017). Os resultados indicaram a negação da acessibilidade em diversos momentos, ou seja, de forma recorrente na Educação Básica, refletindo no reduzido desempenho na prova. O fato indica que mesmo diante dos mecanismos para acesso como a prova em Libras e redação, a qual foi analisada, sobre os próprios desafios vivenciados no campo educacional o poder de discussão, argumentação foi limitado, ocupando média abaixo da nacional, refletindo no não ingresso na universidade, curso almejado.

O estudo de Magro, Trindade e Melo (2024) teve como foco investigar a correspondência entre as redações manuscritas e aquelas produzidas em Braille no ENEM, visando definir parâmetros justos para a exigência mínima e máxima de linhas nas redações de participantes com deficiência visual. Para isso, foram transcritas para o Sistema Braille as sete primeiras linhas de 20 redações aleatórias e não identificadas, de edições anteriores do exame. A análise considerou as variações decorrentes dos diferentes dispositivos utilizados para escrita em Braille e as particularidades desse sistema em relação ao espaço ocupado no papel. Com base nos resultados, os autores recomendaram que a redação em Braille seja considerada válida a partir de um mínimo de 10 linhas, respeitando as especificidades do sistema e garantindo o alinhamento com as normas do ENEM. O estudo também apresentou subsídios técnicos que visam assegurar acessibilidade, equidade e isonomia na correção das redações escritas nesse formato, contribuindo para um processo avaliativo mais justo para estudantes com deficiência visual.

Sonza e Martins (2024) apresentaram uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, bibliográfica, documental e exploratória, que tem como foco a acessibilidade das imagens presentes nos itens do ENEM entre 2019 e 2022 para participantes com deficiência visual e surdocegueira. O estudo destaca a importância das adaptações nas provas, que devem considerar o uso de leitores e materiais grafotáteis para garantir que esses participantes tenham condições de responder aos itens com imagens de forma justa e equivalente. A tecnologia assistiva aparece como recurso fundamental na confecção desses materiais, possibilitando a transposição das informações visuais para formatos acessíveis. Para orientar a melhoria das adaptações, o estudo propõe critérios específicos que envolvem a qualidade das descrições fornecidas nas provas, ressaltando que uma descrição adequada é essencial para garantir o direito à informação desses estudantes. Os resultados indicam que as adaptações atuais ainda apresentam falhas e necessitam de ajustes significativos para que a acessibilidade seja efetiva. O aprimoramento dessas práticas é visto

como um passo importante para promover a equidade no exame, assegurando que participantes com deficiência visual e surdocegueira tenham participação plena e justa, respeitando seus direitos e promovendo a inclusão no contexto educacional. Dessa forma, o trabalho reforça que o investimento em tecnologias assistivas e em métodos de adaptação mais eficientes eleva a qualidade do ENEM, ampliando sua capacidade de avaliação inclusiva e contribuindo para um sistema educacional mais justo para todos os estudantes.

3 PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

O estudo de Silva e Meletti (2014) analisou a participação e o desempenho da população com necessidades educacionais especiais nas avaliações: Prova Brasil e ENEM, nos anos de 2007 e 2008 no município de Londrina, e teve como base empírica os microdados dessas avaliações disponibilizados pelo INEP.

No processo, o público participante da prova Brasil, maior porcentagem se encontrava fora da idade adequada. Em relação ao acesso ao ENEM, uma parcela significativa da população com necessidade educacional especial realizou o ENEM, no entanto, ao que se refere a Prova Brasil a participação teve participação mínima, destacando as ambiguidades o discurso e uma prática desenvolvida de maneira inclusiva. De maneira geral, um número reduzido de matrículas desse público nas séries em que as provas foram aplicadas, distorção idade-série, número mais amplo de alunos do sexo masculino. Além desses aspectos, o desempenho mediado foi evidenciado sobre os alunos que realizaram o ENEM, apresentando desempenho abaixo da média esperada, dos quais o desempenho mais acentuado foi do aluno com deficiência física.

Schneider *et al.* (2024) buscaram analisar o perfil dos estudantes PEE participantes das últimas edições do SAEB. Para a coleta de dados, os autores recorreram ao Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap), vinculado ao INEP. A partir disso, realizaram uma comparação entre o perfil

dos estudantes que participaram do SAEB e os dados de matrículas do Censo Escolar. Os resultados indicam que, entre os anos de 2011 e 2017, houve um aumento na participação de estudantes PEE no SAEB, especialmente no 9º ano, predominando estudantes do sexo masculino e com raça/cor não declarada. Além disso, observou-se que as redes municipais concentram o maior percentual de estudantes PEE. Entre as categorias desse público, a deficiência intelectual apresentou o maior percentual de matrículas e de participação no SAEB, seguida pelas deficiências física e baixa visão, sendo a surdocegueira a com menor representatividade.

4 BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE

O trabalho de Canal, Garcia e Pereira (2017) analisou a acessibilidade de ambientes digitais de avaliação utilizados em plataformas educacionais, com foco nos estudantes surdos. A pesquisa centra-se na Avaliação Baseada em Computador (Computer-Based Assessment – CBA), cada vez mais presente nos contextos educacionais para medir os processos de aprendizagem por meio de recursos digitais. Os ambientes analisados foram o Geekie Games e o Redação Nota 1000, amplamente utilizados por estudantes do ensino médio. A investigação buscou identificar se os diferentes tipos de questões presentes nesses sistemas são acessíveis a estudantes surdos, considerando aspectos como linguagem, visualidade, navegação e compreensão. Os resultados evidenciaram diversos problemas de acessibilidade, como ausência de recursos visuais e linguísticos compatíveis com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), uso excessivo de textos complexos e falhas na adaptação das interfaces. Essas barreiras dificultam a interação dos estudantes surdos com os ambientes avaliativos, podendo prejudicar significativamente sua experiência e desempenho. Em casos mais críticos, tais obstáculos impossibilitam a utilização plena dos sistemas, configurando um cenário de exclusão digital no processo avaliativo. O estudo reforça a importância de incorporar princípios de acessibilidade desde a concepção dos ambientes digitais, para os estu-

dantes surdos terem as mesmas oportunidades de acesso e participação que os demais.

Junqueira e Lacerda (2017) trataram da necessidade, pertinência e legitimidade do desenvolvimento de instrumentos específicos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e em Português como segunda língua para avaliar o desempenho de estudantes com surdez ou deficiência auditiva no âmbito do ENEM. Um dos aspectos primordiais, se refere ao a correção das provas como, referente a avaliação do aprendizado com a língua portuguesa em condição de L2. No entanto, ainda aumentam problemáticas referente ao desnível de compreensão e domínio insuficiente do público tanto da língua portuguesa escrita como dos conteúdos acadêmicos que deveriam ter sido adquiridos e/ou ter maior aprofundamento no decorrer da escolarização. Outra questão evidente na pesquisa são as insuficiências sobre a matriz de correção, apontando necessidade de atualizações.

De maneira geral, o estudo indica limitações acentuadas ao submeter alunos com surdez, usuários da língua de sinais, primeira língua, a uma prova pensada em língua portuguesa reduz o processo de acessibilidade. Assim, sinalizam que a oferta de provas traduzidas em Libras, em vídeo, formatos digitais, em computadores, aponta mecanismos mais propícios para ocorrência da acessibilidade e caminhos para garantir condições de igualdade e equidade ao ter esse direito assegurado.

Fernandes e Nazareth (2018) evidenciam uma grave contradição entre o discurso oficial da avaliação externa em larga escala – frequentemente associada à busca por qualidade educacional – e suas repercussões excludentes no cotidiano escolar, especialmente no que tange ao PEE. Ao analisar práticas escolares no município do Rio de Janeiro, os autores revelam que, diante da pressão por resultados e da vinculação desses indicadores a políticas de bonificação, algumas escolas orientam que estudantes com deficiência permaneçam em casa durante a aplicação das provas. Tal conduta, além de ferir o princípio da equidade, evidencia um uso estratégico e excludente da avaliação para melhorar artificialmente os índices de desempenho. Essa realidade contradiz frontalmente os prin-

cípios de inclusão previstos nas políticas públicas e reafirma o papel da avaliação como instrumento de controle e regulação, pautado por lógicas meritocráticas e de mercado. Assim, a pesquisa traz à tona a urgência de se repensar os modelos avaliativos adotados, especialmente em relação ao seu impacto sobre os estudantes PEE, que seguem sendo invisibilizados por práticas que deveriam, em tese, promover sua participação plena e significativa no processo educativo.

Leria et al (2018) identificaram a acessibilidade existente no processo atual do ENEM para apresentar uma solução que, por meio de um aplicativo com acessibilidade digital denominado ENEM Acessível, viabiliza a participação da pessoa com deficiência visual total com autonomia no exame. O acesso ao certame é facilitado através dos recursos fornecidos pelo INEP para os candidatos com deficiência. Tais recursos são: “prova em braile, auxílio leitor, prova do leitor 10, auxílio transcrição, salas individuais, tempo adicional de 1 hora e guia intérprete”. Para a realização das provas, os candidatos que necessitem podem ter uma hora adicional mediante a formalização do pedido.

No que se refere às barreiras para o acesso, a pesquisa identificou desafios relacionados às pessoas que solicitam o apoio de leitor foram identificadas falhas no preparo da leitura pelo recurso, em específico, atenua dificuldade para as disciplinas de exatas, leitura de texto e língua estrangeira. Para o serviço de braile, os desafios ficam condicionados ao tamanho da prova o que gera grande extensão e assim dificuldade para manusear, de forma consequente o tempo para leitura da prova é prejudicado. Dessa maneira, o estudo indica a existência de barreiras de comunicação, que, podem ser eliminadas com o uso do computador e do aplicativo ENEM Acessível, tornando possível o acesso por pessoas com deficiência visual na realização da prova de ingresso no Ensino Superior, no entanto, a oferta de autonomia e em condições de igualdade ainda são limitadas.

Leria et al (2023) investigam as possíveis barreiras na acessibilidade relacionadas ao processo estabelecido para realização do ENEM, pelas

peças com deficiência visual. Nos relatos foram destacadas barreiras em diferentes aspectos como comunicação e à informação, tecnológicas e atitudinais, tempo para a realização da prova, divulgação dos recursos de acessibilidade, uso de equipamento próprio, elaboração dos itens e avaliação dos desempenho desse público. Dessa maneira, e em concordâncias com o estudo de Leria et al (2018), as limitações no acesso à informação, seja antes, durante a execução e no pós, momento da avaliação, estão presentes. De forma específica, os recursos de acessibilidade são disponibilizados para as solicitações, mas ainda requer ações mais efetivas para garantia ao direito das pessoas com deficiência visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, ao realizar uma revisão sistemática sobre a acessibilidade nas avaliações externas em larga escala, possibilitou reunir e analisar criticamente produções científicas que abordam essa temática sob diferentes perspectivas, políticas, técnicas e pedagógicas. O estudo contribui de forma significativa para o campo da Educação Inclusiva ao evidenciar como a acessibilidade vem sendo compreendida e operacionalizada nesses processos avaliativos, especialmente no contexto do ENEM e do SAEB.

De modo geral, os resultados apontam avanços importantes nas políticas públicas e nas práticas de acessibilidade, mas também revelam persistentes desafios estruturais e conceituais. Observou-se que as ações voltadas à inclusão nas avaliações externas ainda se mostram fragmentadas, frequentemente limitadas a adaptações pontuais, sem que haja uma articulação sistêmica entre as etapas de concepção, aplicação e correção das provas. Além disso, os estudos analisados indicam que as barreiras atitudinais, comunicacionais e tecnológicas continuam impactando diretamente a participação e o desempenho dos estudantes PAEE.

No que se refere às limitações do estudo, ressalta-se o número restrito de publicações encontradas sobre o tema no portal de periódicos

da CAPES, o que sugere que a discussão sobre acessibilidade em avaliações externas ainda é incipiente na produção científica nacional. Outra limitação refere-se à predominância de análises centradas no ENEM, em detrimento de outras avaliações em larga escala, o que reduz a abrangência comparativa dos resultados.

Apesar dessas limitações, o estudo oferece contribuições significativas ao evidenciar a necessidade de investimentos contínuos em políticas, pesquisas e práticas voltadas à avaliação inclusiva, reforçando que o direito à acessibilidade deve ser compreendido como parte essencial da garantia de uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ANSAY, N. N.; MOREIRA, L. C. Políticas de acesso ao ensino superior para estudantes com deficiência no Chile e no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 2, p. 539-559, 2020. DOI: 10.21723/riree.v15i2.12475. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12475>. Acesso em: 3 maio. 2025.

Alper, Sandy; Stefanich, Greg; Stainback, Susan; Stainback, Willian. A aprendizagem nas Escolas Inclusivas e o currículo? In: Stainback, Susan; Stainback, Willian (Org.). *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL Ministério da Educação (1996). **Aviso Circular nº 277**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em 01 de jun. 2025.

CANAL, M. D.; GARCIA, L. S.; PEREIRA, R. Sistema Computacional de Apoio à Preparação para o ENEM: uma Investigação da Acessibilidade para Surdos. Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação - SBIE); **Anais do SBIE 2017**, 2017. Disponível em: <http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/sbie/article/view/7632/5428>. Acesso em: 13 jul. 2025.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: Koller, Silvia Helena.; Couto, Maria Clara

Pinheiro de Paula; Hohendorff, Jean Von (orgs) **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

DOMINGUES, F.; MACEDO, C. M. S. de. Proposta de recomendações para a elaboração de mapas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): projetando tendo em vista sua descrição oral para cegos. **InfoDesign**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 60–75, 2019. DOI: 10.51358/id.v16i1.684. Disponível em: <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/684>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FERNANDES, C. de O.; NAZARETH, H. D. G. de. Resultados de pesquisas sobre as políticas de avaliação em larga escala em educação e seus impactos na escola. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 63, p. 893–906, 2018. DOI: 10.5902/1984686X32906. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/32906>. Acesso em: 6 jul. 2025.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

INEP. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior em 2023**. Brasília: Mec, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 01 de jun. de 2025.

JUNQUEIRA, R. D.; LACERDA, C. B. F. de. Avaliação de estudantes surdos e deficientes auditivos sob um novo paradigma: Enem em Libras. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 32, p. e28/ 1-17, 2019. DOI: 10.5902/1984686X28732. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28732>. Acesso em: 15 jul. 2025.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; MARTINS, Diléia Aparecida; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) . *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 453–471, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ShM8LYCsRWTkvj5w6HkfbDm/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LERIA, L. D. A. *et al.* Enem Acessível: Autonomia para a Pessoa com Deficiência Visual Total no Exame Nacional do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 103–120, mar. 2018.

MARTINS, S. E. S. O.; LEITE, L. P.; CIANTELLI, A. P. C. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/033>.

MAGRO, J. P.; TRINDADE, S. S.; MELO, F. R. L. V. de. Enem e direito à acessibilidade: parâmetros para aplicação e correção das redações em braille em correspondência com a escrita manual. **Revista Em Aberto**, v. 36, n. 118, 2024. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/586>. Acesso em: 13. jul. 2025.

MENDES, G. M. L.; SEGABINAZZI, M. Incluir, comparar e competir: serviços de avaliação externa em larga escala e inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 63, p. 849-862, 2018. DOI: 10.5902/1984686X33104. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33104>. Acesso em: 6 jul. 2025.

MININ, H.; TREVISAN, D.; VITERBO, J. Enem inclusivo: identificando técnicas para a realização assistida pelo computador. Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação - SBIE); **Anais do SBIE 2015** (Proceedings of the SBIE 2015), 2015. Disponível em: <http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/sbie/article/view/5354>. Acesso em: 13 jul. 2025.

REBELO, A. S.; KASSAR, M. de C. M. Avaliação em larga escala e educação inclusiva: os lugares do aluno da Educação Especial. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 63, p. 907-922, 2018. DOI: 10.5902/1984686X33107. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33107>. Acesso em: 6 jul. 2025.

RIBEIRO, Jefferson Bruno Pereira; MOREIRA, Jonathan Rosa. ACESSIBILIDADE PARA ALÉM DA AVALIAÇÃO EXTERNA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: RELATOS DE ESTUDANTES E COLABORADORES. PROJEÇÃO E DOCÊNCIA, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 15-22, 2016. Disponível em: <https://projecaociencia.com.br/index.php/Projecao3/article/view/735>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Análise Textual dos Espelhos das Redações de Candidatos que Realizaram a Videoprova em Libras do Enem - 2017. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Vol. 31 No. 21, 2023.

Pletsch, Márcia Denise; Souza, Flávia Faissal; Orleans, Luis Fernando Orleans. A diferenciação curricular e o desenho universal da aprendizagem como princípio para a inclusão escolar. p. 264-281, 2017. Disponível em: <https://mestradoe-doutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/3114/1662>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

SANTOS, SIMONE PEREIRA; SARDAGNA, HELENA VENITES. Acessibilidade curricular e inclusão escolar: uma revisão de literatura. Revista Educere Et Educare, Vol.18, N. 45, Educere 2023. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/30639/22078>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

SILVA, M. C. V.; MELETTI, S. M. F. Estudantes com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala: prova Brasil e ENEM. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 1, p. 53-68, mar. 2014.

SILVA-OLIVEIRA, G. C.; WANDERLEY, D. C.; STUMPF, M. Enem em Libras como Corpus Linguístico: Metodologia para Produção de Glossários em Libras. **Revista da Anpoll**, v. 51, n. 1, p. 106-117, 2020. Disponível em: <https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1358/1086>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SCHNEIDER, G.; BRUEL, A. L. de O.; PRIETO, R. G.; MENDES, E. G. Perfil das(os) estudantes com vínculo de matrícula na educação especial participantes do Saeb (2011-2017). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 40, n. 1, 2024. DOI: 10.21573/vol40n12024.131706. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/131706>. Acesso em: 6 jul. 2025.

STAINBACK, SUSAN; STAINBACK, WILLIAM. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artemed, 1999.

SONZA, A. P.; MARTINS, D. S. Visualização na ponta dos dedos: ampliação da acessibilidade aos participantes com deficiência visual e surdocegueira no Enem. **Revista Em Aberto**, v. 36, n. 188, 2024. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5862>. Acesso em: 13 jul. 2025.